

Bento Gonçalves da Silva: Deputado Provincial do Império brasileiro e Presidente da República Rio-grandense

Simpósio 3 “Las formas de hacer la Guerra y sus implicancias económicas y sociales”

Alessandro de Almeida Pereira¹
Maria Medianeira Padoin²

Resumo:

A Revolução Farroupilha (1835-1845) é o resultado das relações sociais, no espaço fronteiriço platino, que aspiravam ao domínio do espaço de poder local/municipal, regional e nacional. Foi motivada por interesses econômicos e políticos pertencentes principalmente à elite rio-grandense, não sendo homogênea em sua composição e, tampouco, em suas ideologias. O que nos motiva a investigar o significado de *República e republicano* para a elite farroupilha.

Palavras chaves: Revolução Farroupilha, República, elite farroupilha.

Introdução:

Este trabalho integra o Projeto *Os Conceitos de República e de Federalismo na Revolução Farroupilha (1835-45) no Contexto do Processo de Construção dos Estados Nacionais e da nação na Região Fronteiriça Platina, contemplado no Edital 02/2010 do CNPq* e possui Bolsa de Iniciação Científica PIBIC/CNPq/UFSM 2011-2012. Está vinculado as atividades do Grupo de Pesquisa CNPq/UFSM e ao Comitê História, Região e Fronteira da AUGM.

Nesse texto, procura-se contribuir com questões que concorram para os objetivos do Simpósio “*Guerra y sociedad. Las formas de hacer la guerra durante los movimientos de independencia iberoamericanos y sus implicancias económicas y sociales.*” Assim, o estudo sobre a Revolução Farroupilha (1835-1845) é o objeto da nossa pesquisa, por ser entendida como uma variável desse processo no contexto de descolonização e surgimento do Estado Nação, é nesse sentido que direcionamos a construção desse trabalho, compreendendo a História do Rio Grande do Sul³ durante o século XIX ligada à história da América, levando em consideração o espaço fronteiriço

¹ Graduando em História Licenciatura Plena e Bacharelado/Universidade Federal de Santa Maria - UFSM. alessandro.hist@gmail.com

² Prof.^a Dr.^a da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. mmpadoin@gmail.com

³ Estado brasileiro situado no extremo sul do país. O Rio Grande do Sul faz fronteira com o estado de Santa Catarina, com a Argentina e com o Uruguai.

platino e suas características econômicas, sociais e políticas bem como as relações que este espaço possibilitou.

A pauta desse trabalho não é uma biografia de Bento Gonçalves da Silva, mas objetivamos uma análise desse agente histórico como representante destacado (no sentido historiográfico) da elite farroupilha do “grupo da maioria” e por ser a expressão política na Província de São Pedro, assim como outros deputados Provinciais que foram importantes na construção do Estado da República Rio-Grandense, formado por parte dos Municípios rio-grandenses que se desassociaram do Império brasileiro.

Em nossas pesquisas analisamos os conceitos políticos atribuídos pela elite farroupilha sobre *República*. Para isso, apresentamos nossos resultados de pesquisa que se iniciou em agosto de 2011, quando começamos o trabalho de operação metódica. Heuristicamente selecionamos, examinamos e classificamos as informações registradas na bibliografia referente a Revolução Farroupilha⁴, nas atas da Assembléia da Província do Rio Grande de São Pedro entre os meses de 1835⁵, nos manifestos do Presidente da República Rio-Grandense, Bento Gonçalves da Silva⁶ e no Jornal “O Americano”⁷, órgão oficial do Estado.

O significado de *República* no período da Revolução Farroupilha e a imagem de Bento Gonçalves da Silva como representante da República Rio-Grandense (1836)

A história da América, durante o século XIX, é marcada pela paulatina construção dos estados nacionais modernos. Nesse período, as regiões de colonização espanhola e portuguesa foram palco de transformações políticas e econômicas marcadas por conflitos e guerras civis nas disputas por espaços territoriais e de poder. Nesse sentido, em meados do século XIX, na abordagem da história do Brasil, vemos o Império brasileiro assegurar sua unidade territorial, através da centralização do poder, a partir da criação de um projeto para forjar uma identidade nacional. Logo, a independência brasileira não foi fruto de um nacionalismo pré-existente, mas de fatores que se sucederam a partir da instalação da Corte portuguesa no Rio de Janeiro, no início do século XIX.

Assim, o período Regencial (1831-1840) foi intensamente marcado por agitações políticas contra o projeto imperial de unificação nacional, em diversas partes

⁴ Lembramos que este artigo integra as atividades de pesquisas que teve início em agosto de 2011, portanto apresentamos resultados parciais, para tanto até o momento foram analisamos a Tese de Maria Medianeira Padoin (1999) e os Capítulos I, II e a conclusão da Tese de César Augusto B. Guazzelli (1997). Analisamos também os livros História da Revolução Farroupilha Morivald Calvet Fagundes e O Modelo dos Farrapos de Moacyr Flores, ambos de 1985.

⁵ Analisamos as atas da Assembléia Legislativa da Província para, concomitantemente à pesquisa referente às concepções de *República* para a elite farroupilha, mapearmos àqueles deputados que já estavam no cenário político da Província de São Pedro anteriormente à “revolução de 20 de setembro”.

⁶ Neste trabalho analisamos apenas um manifesto (1838), pelo qual Bento Gonçalves e Domingos José de Almeida, justificam a Revolução Farroupilha do ponto de vista político e econômico.

⁷ Jornal “O Americano”, órgão oficial da República Rio-Grandense. Circulou entre os meses de setembro de 1842 e março de 1843, período em que a Capital da república tinha como sede o Município de Alegrete. Utilizamos o volume composto pela reimpressão desse Jornal encontrada no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, na Cidade de Porto Alegre/Brasil. *DOCUMENTOS interessantes para o Estudo da Grande Revolução*. V.2. Porto Alegre: Museu do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul; Departamento de História Nacional, 1930.

do território brasileiro, e no extremo sul não foi diferente. Em 1835, na província do Rio Grande de São Pedro, um grupo da elite articulou uma rebelião contra as autoridades representantes do Império brasileiro, e aos poucos, com justificativas que atendiam a situação econômica da Província e com propostas políticas ligadas à República e ao Federalismo conquistaram grande parte dos municípios rio-grandenses, a partir da tática de guerrilha e das relações sociais estabelecidas com autoridades ligadas ao poder local, separando-os do Brasil e denominando esse Estado de “República Rio-grandense.”

A Revolução Farroupilha (1835-45) foi uma Guerra Civil⁸ que surgiu como fruto dos interesses econômicos e políticos pertencentes à elite da Campanha rio-grandense e a outros setores que por vínculos e crenças políticas se uniram a um projeto político que teve no federalismo sua bandeira. Esse conflito possuiu entre as motivações políticas a decepção com a Constituição centralizadora Imperial de 1824 e com o Ato Adicional de 1834 que preservaram o centralismo, bem como a perda da Cisplatina e as implicações econômicas, como as altas taxas alfandegárias e impostos recolhidos pelo Governo Central, a concorrência “autorizada”, no mercado brasileiro, da venda do charque argentino, e as dificuldades ao comércio e ao contrabando impostas pelo governo da República uruguaia e, com a grande circulação de moedas de cobre falsas. Todos esses fatores somam-se ao exemplo das emancipações ocorridas nos estados vizinhos, sob forma republicana e, no qual, a liderança pertencente ao grupo pecuarista regional assumiu o poder desses novos Estados Nacionais.”⁹

O Ato adicional realizou reformas administrativas do Império, porém garantiu a sua estrutura unitária. Transformou os Conselhos Gerais das províncias em Assembléias Legislativas Provinciais. Estabeleceu a Regência Una, eletiva e quadrienal, suprimiu o Conselho de Estado. Contudo, esse avanço federalista esbarrou na Lei n.105 de 12 de maio de 1840, na qual simbolizou a reação conservadora e centralista.

A partir de uma análise das atas das Assembléias Provinciais constatamos, até o momento, que entre os deputados do Parlamento foram eleitos os senhores Francisco de Sá, Ulhôa Cintra, Domingos José de Almeida, Francisco das Chagas Martins D’Ávila e Souza, José Mariano de Mattos e Bento Gonçalves da Silva, pessoas que no ano seguinte estavam comandando o incipiente Estado da República Rio-grandense. Outro fato que nos chamou atenção é que na criação das Assembléias Provinciais, a Província de São Pedro possuía 28 deputados, enquanto que para a Assembléia Legislativa na República Rio-Grandense foram eleitos 36 representantes. Fato que torna-se relevante visto que por um bom período a historiografia referente a Revolução Farroupilha se deteve às preocupações de análise estatística de dados quantitativas sobre Imperiais e farroupilhas no decênio da revolução.

As eleições para deputados da Assembléia Legislativa Provincial foram realizadas pelas “Câmaras Municipais, em dois turnos, pois o voto era censitário, e foram escolhidos 28 deputados, entre eles estava Bento Gonçalves da Silva. A sessão preparatória ocorreu em 22 de abril de 1835.”¹⁰

⁸ O termo Guerra Civil era usado pelos farroupilhas, pois era fundamentado através do Direito das Gentes. Sendo um termo diferenciado de rebelião ou anarquia. (PADOIN, 1999, p. 237)

⁹ PADOIN, 1999, 220.

¹⁰ SILVA, Bento Gonçalves da. *Bento Gonçalves da Silva: atas, propostas e resoluções da Primeira Legislatura da Assembléia Provincial (1835-1836) / Bento Gonçalves da Silva*; org. MARTINS, Liana B. MIRANDA, Márcia E. SILVA. Viviane O. da. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do RS, 2005.p. 25

Computando os resultados das eleições chegamos aos surpreendentes 88.714 votos, o que não necessariamente indica que havia essa quantidade de cidadãos aptos para eleger seus representantes, pois não verificamos se o eleitor poderia votar em mais de um representante, se houve fraude eleitoral ou se a publicação dos resultados realizada pelo Jornal “O Americano” era capciosa. Mas, deixando essas questões um pouco de lado e se concentrando em outros questionamentos, por exemplo, o motivo do aumento dos deputados para um estado que em tese possuía menos cidadãos que no período da Assembléia Legislativa Provincial? Pois, havia uma divisão na Província entre o governo Imperial e o governo da República Rio-Grandense.

Através das ideias políticas que circulavam na América estiveram fortemente pronunciadas as palavras *República e republicano*, inclusive o primeiro termo sendo escolhido como forma de Governo definido no Projeto de Constituição (1842-1843) para a República Rio-Grandense (1836-1845). Assim, quais os possíveis sentidos atribuídos aos termos *República e republicano* pela elite farroupilha? Uma elite que não era homogênea em seu ideário político, pois este fato ficou explícito na Assembléia Constituinte de 1842, na qual havia o grupo da maioria que defendia o Federalismo enquanto projeto de um Estado Republicano Federal, admitindo laços de Confederação com outros Estados, grupo representado por Bento Gonçalves da Silva e Domingos José de Almeida; já o grupo da minoria com propostas e aspirações diversas, usavam a bandeira do federalismo para combater o centralismo do Estado Imperial brasileiro e com o objetivo de participar no poder local e/ou provincial. Esta elite caracterizava-se detentora do poder econômico e/ou do conhecimento intelectual, na qual muito de seus membros pertenciam à maçonaria, era composta por estancieiros, charqueadores, comerciantes, militares e sacerdotes.¹¹

Em 1832 o “Dicionário da língua brasileira”¹², definia *República* a partir de três significados: 1. “Estado governado por certas pessoas autorizadas pelo povo.” 2. “O que pertence ao público de qualquer Estado.” 3. “República das Letras, os literatos”. *Republicano* tinha como definição a pessoa “que aprova o governo das Repúblicas” e aquele que vive debaixo desse governo. Por último, *Republico* que seria a pessoa que é zelosa pelo bem público.

Acreditamos que o significado de República, em diversos discursos e atos políticos da elite farroupilha, entre outras atribuições, estava vinculado à existência de uma coletividade política com características da “*res-publica*”, ou seja, no sentido primeiro de “*coisa pública*”, coisa do povo e para o povo, que é consenso para aqueles que formam oposição a toda forma de tirania.¹³ Nesse sentido, quando Bento Gonçalves da Silva¹⁴ e Domingos José da Almeida¹⁵ ao escreverem o manifesto de 29 de agosto de 1838, iniciam justificando a “revolução de 20 de setembro de 1835” reafirmando o Estado soberano que emerge no interior da Província do Rio Grande de São Pedro:

Desligando o povo rio-grandense da comunhão brasileira,
reassume todos os **direitos a primitiva liberdade**; usa desses
direitos imprescritíveis constituindo-se **República**
independente; toma na escala dos estados soberanos o lugar que

¹¹ PADOIN. 1999, p.16

¹² Pinto, Luiz Maria da Silva. *Diocionario da lingua brasileira*. Ouro Preto:Typographia de Silva. 1832.

¹³ *Ibd.* p. 272.

¹⁴ Presidente da República Rio-Grandense.

¹⁵ Ministro e Secretário do Interior.

lhe compete pela suficiência de seus recursos, civilização e naturais riquezas que lhe asseguram o exercício pleno e inteiro de sua independência, eminente soberania e domínio, sem sujeição ou sacrifício da mais pequena parte desta mesma independência ou soberania a outra nação, governo ou potência estranha qualquer. [grifo nosso]¹⁶

José Murilo de Carvalho (1999) ao abordar a República do Brasil em fins do século XIX explica que Rousseau associava o conceito de liberdade às repúblicas antigas de Atenas, Roma e, sobretudo, Esparta. Por tanto, “era a liberdade de participar coletivamente do governo e da soberania, era a liberdade de decidir na praça pública os negócios da República: era a liberdade do homem público.” Conceito que se transformava no século XIX, a partir de Benjamin Constant que defendia a *liberdade dos modernos*, “a liberdade do homem privado, a liberdade dos direitos de ir e vir, de propriedade, de opinião, de religião. A liberdade moderna não exclui o direito de participação política, mas a participação se faz agora pela representação e não pelo envolvimento direto”.¹⁷

Segundo D’Alessio (2006), fundamentada por Hannah Arendt, “O lugar da política é a pluralidade dos homens e não o homem singular (...)”, ou seja, a política se estabelece como relação entre os homens, nessa linha de raciocínio, “a coisa pública é a criação de um espaço de todos, que, por sua vez, é o lugar da liberdade política. Decorre daí a noção de *privado*, portanto a ausência do espaço de todos, na tirania, significa a extinção da política.”

Os farroupilhas publicaram no jornal “O Americano” uma série de artigos de Benjamin Constant referentes ao poder representativo, quando os redatores achavam conveniente, acabavam acrescentando uma nota de rodapé expressando suas concepções sobre a construção do Estado. No primeiro artigo da série sobre “O poder representativo e o modo de exercer” Constant escreve sobre o desconhecimento do poder representativo para os povos antigos, pois pelo número de cidadãos era possível discutir leis e assuntos do Estado em Assembléia com todos os cidadãos, para o autor essa instituição exercia plenamente a democracia. Os redatores preocupados com a “leitura adequada” pelos leitores do jornal esclarecem que Benjamin Constant não está se posicionando contrário ao sistema republicano, o que está presente no artigo é a referência aos governos democráticos, que adotaram os povos antigos, “onde não se conhecia o sistema representativo, e onde residia na nação o poder absoluto.”

Na sequência do texto dos redatores há uma concepção interessante sobre organização dos Estados, na qual corrobora para a dissociação de República Rio-Grandense contrária ao sistema monárquico estabelecida anacronicamente por historiadores da fase republicana brasileira do final do século XIX e primeira metade do século XX:

¹⁶ SILVA, Bento Gonçalves da; ALMEIDA, Domingos José de. *Manifesto do Presidente da República Rio-Grandense em nome de seus constituintes*. Piratini, 29 de Agosto de 1838. In. SILVA, Bento Gonçalves da. *Bento Gonçalves da Silva: atas, propostas e resoluções da Primeira Legislatura da Assembléia Provincial (1835-1836) / Bento Gonçalves da Silva*; org. MARTINS, Liana B. MIRANDA, Márcia E. SILVA. Viviane O. da. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do RS, 2005.p. 327.

¹⁷ CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e Bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Universidade de Minas Gerais, 1999. p. 83.

Bolingbroke (continua o mesmo autor) tinha em dizer, que a monarchia era a melhor especie de governo; porque onde se podia enxertar toda a casta de democracia, e eu direi vice-versa, que na democracia tambem se pode enxertar a monachia, e que uma coisa não repugna totalmente a outra; o caso é assas histórico e não carece de auxílios da especulação. Todo o segredo está na habilidade mecânica da operação, isto he, no quantum de cada huma destas formas he necessario que entre ao composto, para que não repugnem e para que, á maneira de dois elementos incompativeis, nao estourarem pela associação, ou naó estejão em constante hostilidade pela justa posição. O perigoso he querer reunir extremos. Nós concordamos com estes princípios, porque elles longe de destruir o systema republicano, tendem a harmonizar-se melhor, e a dar-lhe mais solidez.¹⁸

Hoje ao ler a frase “*o perigoso é querer reunir extremos*” pode-se, indubitavelmente, identificar e estabelecer extremos entre a república e a monarquia, justamente pela evolução do conceito de república, contudo não encontramos, na pesquisa, até o momento, um discurso que justificava a revolução como resultante de uma incompatibilidade com o sistema monárquico, o que lemos nos manifestos de Bento Gonçalves e Domingos José de Almeida é uma incompatibilidade entre os farroupilhas e o despotismo e a tirania.

César Augusto Guazzelli seleciona e analisa a historiografia produzida por historiadores brasileiros, argentinos e uruguaios comentando pontos sociais, econômicos e políticos que caracterizam a Revolução Farroupilha destacando alguns pontos relevantes. Para os autores analisados a questão econômica da Província de São Pedro foi uma motivação da Guerra dos Farrapos, “fundamentalmente as tensões que se produziram entre setores voltados para a economia de exportação e aqueles organizados para o abastecimento do mercado interno.” Segundo o autor, os estancieiros tiveram um posicionamento mais claro ao aderirem a rebelião, “tanto por sentirem mais os efeitos quanto pelas possibilidades que abria a situação fronteiriça,” enquanto que os charqueadores “estavam mais ligados aos centros comerciais e teriam evidentes prejuízos com a guerra.”¹⁹

O caráter liberal e republicano é um dos temas mais destacados pela historiografia tradicional da Revolução Farroupilha²⁰, esta questão se encaixando na “relativização do tão propalado ideário farroupilha”. O autor explica que

a montagem de um arcabouço de Estado, com bases liberais de variada procedência, não resultou num projeto mais avançado para a sociedade rio-grandense, nem se comparado ao que havia no Império, nem se tivermos em conta o próprio passado do Rio Grande. Os princípios federalistas foram contraditórios com a excessiva centralização do poder nos comandantes militares da Revolução, e a República baseava-se em rígidos critérios

¹⁸ Jornal “O Americano”, 1842, p. 218.

¹⁹ GUAZZELLI. 1999, p. 70.

²⁰ *Ibid*, p.53.

censitários, que não pretendiam de nenhuma maneira ampliar a cidadania. Em nome da liberdade individual e da autonomia elaborou-se um modelo conservador, reforçando ainda mais as relações de dominação na província.

Nesse ponto concordamos em parte com o autor, questionamos a análise dos historiadores que contestam a visão anacrônica realizada sobre questões nacionais, recriando o passado com os sentidos de pátria, nação e nacionalismo atuais, mas que realizam o mesmo anacronismo e generalizações ao tratarem sobre revolução, federalismo, república, cidadania, entre outros. Pois, não acreditamos que seja viável uma comparação entre o Império e o Estado organizado pelos farroupilhas em que vise identificar avanços sociais, visto que a República Rio-Grandense era regida pela Constituição do próprio Império brasileiro, ou seja, as leis foram adaptadas pelos farroupilhas de acordo com o discurso político e seus interesses, tanto por uma questão de legitimação social quanto para organização e pela legitimação do poder.

Bento Gonçalves da Silva é o símbolo da memória rio-grandense sobre a Revolução Farroupilha, entre as diversas preocupações da historiografia foi descaracterizá-lo e desvinculá-lo de qualquer relação antinacional, ou seja, um amor por um Brasil que em realidade também estava em processo de consolidação.

Assim, Calvet (1985) defende a ideia de que durante a Revolução Farroupilha houve a vitória do sistema de Governo Republicano e do sistema federativo, indicando uma falta de unanimidade entre a elite farroupilha. A partir de uma abordagem patriótica da história da Revolução Farroupilha, Calvet afirma que o federalismo nesse contexto tem um sentido nacional, ou seja, laços federativos entre as províncias brasileiras. Nesse sentido, o autor narra como a Revolução Farroupilha se caracterizou como um movimento republicano e federalista. Entretanto, deixa claro que estavam em segundo plano as atuações do General Neto, proclamador da República Rio-grandense (1836) e do líder Bento Gonçalves, exatamente de acordo com os princípios nacionalista do autor, pois eximindo essas figuras simbólicas da elaboração de ideias republicanas, como se eles estivessem à parte dessa construção dos projetos políticos, contribui para a tentativa de excluir por completo a ideia separatista e antinacional da Revolução Farroupilha, não alterando a valorização construída sobre ela ao longo do século XX. Visto que, o autor narra os acontecimentos dessa história deixando explícito que o maior representante da Guerra Civil de 1835 esteve a parte da principal decisão política da Revolução Farroupilha e caracteriza o General Neto como um porta-voz dos ideais dos personagens de “menor relevância” na memória da sociedade, como é o caso de Domingos José de Almeida.

Bento Gonçalves da Silva, estancieiro-militar (caudilho), deputado na Assembléia Legislativa Provincial, integrante da elite farroupilha e denominado “chefe e protetor da república e liberdade rio-grandense”²¹, nasceu em Triunfo em 1788. “Filho de grande estancieiro. Foi destinado pelos pais para a carreira eclesiástica, mas não lhe deu sequência, apesar de sua facilidade pela escrita e gosto pela leitura.”²² A primeira campanha militar de Bento Gonçalves ocorreu em 1811, na Cisplatina, ao terminar a campanha foi dispensado como excedente militar, graduado como cabo. “Não retornou à terra natal, estabelecendo-se com uma pequena casa de negócios na vila de Mello, região de Cerro Lago, na Província de Montevidéu. Logo, comprou terras na região,

²¹ Nomeado pela Câmara de Jaguarão em 1835.

²² CALVET FAGUNDES, 1985, p. 32.

tornando-se estancieiro.”²³. “Em 1817 tornou-se Capitão e em 1825 Coronel. Neste mesmo ano, devido ao contexto conturbado na Banda Oriental, retornou para a estância do Cristal, em Camaquã.”²⁴

Estas informações são relevantes para a compreensão das relações entre os homens de fronteira da Província de São Pedro com os caudilhos dos Estados vizinhos, pois Bento Gonçalves estabelece laços sociais na Cisplatina, tanto como chefe nas organizações de milícias, quanto através do casamento com Cayetana Juana Francisca Garcia y Gonzáles. Sendo o casamento um fator que aproximava os Rio-grandenses com os orientais, ponto destacado pela historiografia, assim Calvet Fagundes (1985) ao identificar as causas da Revolução Farroupilha irá explicar a situação da Província do Rio Grande de São Pedro durante as tentativas de manutenção da Província da Cisplatina pelo Império brasileiro. Nesse sentido, o autor vai caracterizar a campanha rio-grandense de acordo com os aspectos sócio-culturais de uma região de fronteira, que se aproxima das características das “Repúblicas argentinas” e da Banda Oriental do Uruguai, afirmando que a luta que estava sendo travada pela independência da Cisplatina, de modo geral, era uma guerra entre amigos e parentes, e nunca entre inimigos e desconhecidos.

Assim, até que ponto essas relações entre rio-grandenses e a população dos Estados vizinhos influenciaram no projeto farroupilha, como era definido o conceito de república na Banda Oriental e quais foram as contribuições dos carbonários para o ideário político na América Platina?

Considerações finais

A Revolução Farroupilha (1835-1845) é o resultado das relações sociais, no espaço fronteiriço platino, que aspiravam ao domínio do espaço de poder local/municipal, regional e nacional. Foi motivada por interesses econômicos e políticos pertencentes principalmente à elite rio-grandense, não sendo homogênea em sua composição e, tampouco, em suas ideologias. O que nos motiva a investigar o significado de *República e republicano* para a elite farroupilha.

Entre os motivos que compreendemos o significado de *República* no discurso farroupilha, vinculado ao sentido primitivo da palavra, é através de suas reivindicações, entre outras, a participação política através da representação na Assembléia Geral foi um dos temas que compõe o manifesto de Bento Gonçalves e Domingos José de Almeida, a luta propagada pela “revolução de 20 de setembro” ganhava um caráter de luta pela liberdade, liberdade de participar do governo e da soberania. A participação política era o que caracterizava a liberdade, mas a defesa do bem público, ou seja, da soma dos interesses individuais era feita através da representação. Vimos esse debate em 1842, através dos artigos de Benjamin Constant, publicado e comentado pelos reatores do jornal “O Americano”, ideias que tornaram-se coerentes na prática, visto que mesmo o Estado da República Rio-Grandense possuir uma quantidade menor de

²³ SILVA, Bento Gonçalves da. *Bento Gonçalves da Silva: atas, propostas e resoluções da Primeira Legislatura da Assembléia Provincial (1835-1836) / Bento Gonçalves da Silva*; org. MARTINS, Liana B. MIRANDA, Márcia E. SILVA. Viviane O. da. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do RS, 2005.p. 23.

²⁴ WIEDERSPAHN, p.61 apud PADOIN, 2001, p.80.

cidadãos do que a Província do Rio Grande de São Pedro em 1835, a quantidade de deputados era superior.

René Remond explica que as ideias políticas são a “expressão dos interesses de grupos que se defrontam, e os atos políticos apenas revelam relações de forças definidas, medidas, reguladas pela pressão dos conjuntos socioeconômicos”²⁵, assim, analisamos esse aumento no sistema representativo sendo extremamente coerente com os debates movidos nos Jornais da República Rio-Grandense, especialmente *O Americano*, onde há diversos artigos, muitos deles comentados pelos redatores tratando de assuntos como constituições nacionais, soberania, poder representativo e outros assuntos que de fato era a pauta política de um estado em formação. Sendo o periódico oficial da república a expressão daquelas ideias políticas que eram formuladas e que circulavam entre os farroupilhas, mas ideias selecionadas, avaliadas e expostas para o público a partir do resultado do confronto entre farroupilhas e Imperiais e entre a própria elite farroupilha que não possuía um pensamento homogêneo.

O historiador emprega métodos e procedimentos que submetem o objeto de análise às exigências da lógica racional, sem concessões. “É isso que possibilita a visão de conjunto, a hierarquização adequada dos dados, fatos e processos, o confronto das conclusões e a síntese plausível. Tudo isso, contudo, sempre provisório, porque a característica fundamental da ciência histórica é a abertura à crítica dos pares.”²⁶

Todas as obras que selecionamos, até o presente momento que se encontra o Projeto de Pesquisa, foram essenciais para a construção do conhecimento sobre a Revolução Farroupilha, nossa crítica recai sobre as generalizações de conceitos e atribuições anacrônicas para um período de formação dos Estados nacionais. Todavia, a fase inicial da pesquisa não permitiu que nossos resultados tivessem como conclusões concretas a definição de conceito de *República* para a elite farroupilha. Visto que, essa elite não possuía uma ideologia política homogênea, o que concluímos a partir dos discursos pesquisados é que *República*, no contexto da Revolução Farroupilha, não significava para toda a elite farroupilha uma incompatibilidade com a Monarquia, tendo a aplicação e significado pautado pelo contexto político de cada fase da revolução.

REFERÊNCIAS

²⁵ RÉMOND, René (Org.); tradução Dora Rocha. *Por uma História política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

²⁶ GIOLO, Jaime. In. RECKRIEGEL, Ana Luisa; FÉLIX, Loiva Otero (Org.). *RS: 200 anos definindo espaços na história nacional*. Passo Fundo: UPF, 2002. P.5-6.

-BIDINOTO, Lauro Manzini. *Clero secular e poder político nos movimentos de independência do Prata*. Santa Maria, RS. 2005. B585c Dissertação (Mestrado em Integração Latino-Americana) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2005.

-CALVET FAGUNDES, Morivalde. *História da Revolução Farroupilha*. 2 ed. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul; Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985.

-CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e Bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Universidade de Minas Gerais, 1999.

-CHIARAMONTE, José Carlos. *Nación y Estado en Iberoamérica: El lenguaje político en tiempos de las independencias*. Buenos Aires: Sudamericana, 2004.

-D’ALESSIO, Márcia Mansor. *A dimensão política da história*. In. OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles; PRADO, Maria Ligia Coelho; JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco (Orgs.). *A história na política, a política na história*. São Paulo: Alameda, 2006.

-DOCUMENTOS interessantes para o Estudo da Grande Revolução. V.2. Porto Alegre: Museu do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul; Departamento de História Nacional, 1930.

-FERREIRA, Gabriela Nunes. *O Rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 2006.

-FLORES, Moacyr. *Modelo político dos farrapos: as idéias políticas da Revolução Farroupilha*. 4. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996.

-GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. *O horizonte da Província: A República Rio-Grandense e os caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)*. Rio de Janeiro: UFRJ. 1997.

-GIOLO, Jaime. In. RECKRIEGEL, Ana Luisa; FÉLIX, Loiva Otero (Org.). *RS: 200 anos definindo espaços na história nacional*. Passo Fundo: UPF, 2002.

-HASTENTEUFEL, Zeno. *DOM FELICIANO: na Igreja do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Acadêmica, 1987

-HOBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismos desde 1780: programa, mito e realidade*. Tradução de Maria Célia Paoli e Ana Maria Quirino. Rio de Janeiro: 5 ed. Paz e Terra, 2008.

-JAEGER, Luís Gonzaga. *O Clero na Epopéia Farroupilha*. Porto Alegre, 1946.

-PADOIN, Maria Medianeira. *O federalismo no espaço fronteiro platino*. 1999. 337 f. Tese (Doutorado em História)-Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

_____ *Federalismo Gaúcho – Fronteira Platina, Direito e Revolução*. São Paulo: Companhia editora Nacional, 2001.

-PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. *A Guerra dos Farrapos e a Construção do Estado nacional*. In: DACANAL, José Hildebrando (org). *A Revolução Farroupilha: História e Interpretação*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985. p. 29-60.

-RÉMOND, René (Org.); tradução Dora Rocha. *Por uma História política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

-RUBERT, Arlindo. *O antigo clero diocesano do Rio Grande do Sul (1737-1910)*. Santa Maria: Gráfica Pallotti, 2005.

-RÜSEN, Jörn; tradução Asta-Rose Alcaide. *Reconstrução do passado*. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 2007.

-SILVA, Bento Gonçalves da. *Bento Gonçalves da Silva: atas, propostas e resoluções da Primeira Legislatura da Assembléia Provincial (1835-1836) / Bento Gonçalves da Silva*; org. MARTINS, Liana B. MIRANDA, Márcia E. SILVA. Viviane O. da. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do RS, 2005.